

Rta!

(sobre ética, liberdade e verdade)

César Benjamin
para *Caros Amigos*

A diversidade de comportamento dos seres humanos sempre foi um enigma. Todos os outros seres, existentes na natureza, apresentam comportamentos de espécie, repetitivos, limitados, com possibilidade quase nula de variações individuais. O homem, porém, como diz Lévi-Strauss, é o único que, ao nascer, pode viver mil vidas diferentes. Qualquer um de nós poderia ser Mozart, qualquer um poderia ser Hitler. A criação de sinfonias e a perpetração de genocídios são possibilidades inscritas em nossa mais íntima constituição.

A constatação da diversidade humana foi feita, ao longo da história, por filósofos, historiadores, cronistas e viajantes, quase sempre como curiosidade. Passou a ser uma interrogação politicamente relevante no mundo ocidental quando se formaram os gigantescos impérios multinacionais centrados na Europa. Compreender as diferenças e manejar comportamentos desiguais

tornaram-se desafios relevantes para quem precisava gerenciar sistemas de poder muito abrangentes.

As primeiras tentativas sistemáticas nesse sentido buscaram explicações no corpo dos indivíduos, no contexto da antropologia física. Sua culminância foi a construção do conceito de raças humanas, o mais importante e mais desastrado empreendimento das ciências sociais européias no século XIX. Ecos desse desacerto nos assombram até hoje. Estudos detalhados da fisiologia do cérebro, para relacioná-la ao caráter de cada um, e medidas de inteligência, que tiveram respeitabilidade até a segunda metade do século XX, completaram essas tentativas de localizar nos corpos de indivíduos e grupos a origem da diversidade humana.

A superação desse caminho, pela antropologia cultural, teve como ponto de partida a constatação de que o homem não apenas age, como os demais animais, mas interpreta sua ação. Todas as ações humanas são ações interpretadas, e ao mesmo tempo todas resultam de uma interpretação. Compreender o comportamento humano exige compreender os sistemas de interpretação construídos pela imaginação do próprio homem, o que nos remete ao universo simbólico, que é constitutivo da nossa existência tanto quanto o nosso corpo físico.

Por isso, quando tratamos do homem, qualquer discussão sobre o ser engloba necessariamente a questão do dever ser, aspectos

indissolúveis. Este é o fundamento ontológico da ética, que desde Platão e Aristóteles ocupa um lugar de destaque na investigação sobre nós mesmos. *Ethos*, em grego, designa a morada do homem. Uma das sentenças mais antigas de Heráclito diz que “o *ethos* é o gênio protetor do homem”. Os gregos da idade clássica enxergaram aí uma verdade que convém nunca esquecer: seres vocacionados para a liberdade são livres para se destruir. Por isso, o espaço do mundo só se torna habitável, para esses seres, se eles se abrigarem no domínio do *ethos*.

Ao contrário do que nos dizem os marqueteiros todos os dias, para vender políticos e bugigangas, o mundo da liberdade não é aquele em que o homem faz o que quer ou faz o que é capaz de fazer em desabalada competição com os demais. É aquele em que o potencial criador se exerce dentro de um espaço culturalmente delimitado, socialmente legítimo, em que o certo e o errado, o bem e o mal estão definidos com suficiente clareza. Esse espaço não é rígido e imutável, é claro, mas precisa existir sempre. Fora dele o que se tem é a anomia e a ruína.

Com o descalabro do governo Lula, parece que nos aproximamos um pouco mais dessa temida situação que não queremos sequer conceber. É verdade: comissões parlamentares funcionam, o Ministério Público diz que investiga e a Justiça se mexe com os seus cuidados tradicionais, todos em busca de provas

positivas e irrefutáveis que permitam avaliações supostamente sóbrias, baseadas na verdade dos fatos, exaustivamente demonstrada. Dificílima tarefa, muitas vezes impossível de ser cumprida, pois em princípio nenhuma afirmação factual pode estar além da dúvida. Aliás, como nos mostra a atividade política, freqüentemente as mentiras são mais plausíveis do que as verdades, que só vêm a público como exceção. Há um limite estrutural no funcionamento das instituições, entretanto necessárias em situações normais.

Todo cuidado é pouco. Silenciosamente, o Brasil pode estar transitando para além disso tudo, embora nos falte m os conceitos para expressar esse passo. Talvez a sociedade, em algum momento, busque socorro em possibilidades mais amplas, forçando os limites do que hoje se considera pensável. Talvez se canse da mentira e procure reencontrar uma verdade sua. Como será ela?

Os antigos persas usavam uma palavra que é traduzida como verdade: *rta*. Mas *rta*, para eles, também significava a potência que assegura que o Sol nasça a cada manhã, os princípios ordenadores que mantêm o universo funcionando, o conjunto de valores que liga pessoas e gerações, e outras verdades não passíveis de prova, sem as quais, porém, a existência é impossível. Na vida real, as verdades que resultam da experimentação científica, a qual serve de modelo para o nosso sistema jurídico, convive m com muitos outros tipos de

verdade, entre as quais se destacam a tradição, a evidência e o bom senso. Ninguém pode provar que o Sol nascerá amanhã – demonstrar a estabilidade do sistema solar, como mostrou Poincaré, é tarefa impossível –, mas se não acreditarmos nisso a vida se torna inviável.

As verdades que podem ser provadas são apenas uma pequena parcela das verdades de que necessitamos para viver. Isso vale também para a sociedade. Se as instituições em vigor, com seus procedimentos formais, não forem capazes de favorecer um ambiente propício à vida em comum, se as únicas verdades que conseguem encontrar e aceitar são aquelas que as conduzem à impotência diante da grande crise, a sociedade poderá apelar à *rta* – aquela verdade-evidência que se impõe por seu peso e clareza –, baseando nela as suas decisões e ações. Foi o que os argentinos fizeram quando gritaram: *que se vayan todos!*

Se quisermos sair da crise, precisamos redescobrir urgentemente os significados mais amplos de ética, liberdade e verdade.

César Benjamin é autor de *A opção brasileira* (Contraponto, 1998, nona edição) e *Bom combate* (Contraponto, 2004). Integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular.